

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiador: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Sabina Mantey

Universidade Federal da Fronteira Sul, Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas

Cerro Largo-RS

Edemar Rotta

Universidade Federal da Fronteira Sul, Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas

Cerro Largo-RS

RESUMO: Este artigo busca proporcionar subsídios para uma reflexão acerca da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nos espaços locais. Fruto de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, o texto representa um recorte com alguns dos resultados obtidos pela pesquisa, a qual buscou compreender o processo de implantação da PNAS nos municípios da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul através da análise dos princípios, das diretrizes, das estruturas e das formas de gestão. Com base nos princípios e categorias do método dialético crítico, a pesquisa concentrou seu foco na resposta dada por quatro municípios de grande influência no COREDE Fronteira Noroeste, escolhidos principalmente a partir do porte populacional e do nível de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina e Santo Cristo. Na sequência apresenta-se uma breve

retomada do percurso traçado pela política de assistência social no Brasil e algumas das principais constatações feitas pela pesquisa. O resultado deste processo aponta as fragilidades presentes principalmente no município de gestão básica e as limitações vivenciadas pelos municípios de pequeno porte I e II, mas também as possibilidades de efetivação da política por meio da criação de estruturas, da melhoria dos espaços físicos e da desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS. Possibilidades que encontram maior viabilidade nos municípios que assumem a gestão plena e ocorrem com maior rapidez em municípios de maior porte.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Assistência Social. Municípios

SOCIAL ASSISTANCE POLITICAL: IMPLEMENTATION PROCESS IN THE NORTHWEST FRONTIER REGION OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: This article seeks to provide support for a reflection on the implementation of the National Social Assistance Political (PNAS) in local spaces. Resulting of a Master's thesis on Development and Politics Public, the text represents a clipping with some of the results obtained by the research, which sought to

understand the PNAS implementation process in the municipalities of the Northwest Frontier region of Rio Grande do Sul through analysis of the principles, guidelines, structures and forms of management. Based on the principles and categories of the critical dialectical method, the research focused its attention on the response given by four municipalities of great influence in COREDE Fronteira Noroeste, chosen mainly from the population size and level of management of the Single System of Social Assistance (SUAS): Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina and Santo Cristo. Following is a brief resumption of the course outlined by the social assistance politic in Brazil and some of the main findings made by the research. The result of this process, points out the weaknesses present mainly in the municipality of basic management and the limitations experienced by small municipalities I and II, but also the possibilities of effective politic through the creation of structures, the improvement of physical spaces and the ties of SUAS workers. Possibilities that find greater viability in the municipalities that assume the full management and occur more quickly in larger municipalities.

KEYWORDS: Public Politic. Social assistance. Municipalities

1 | INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada no ano de 2004, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, significa um importante avanço na materialização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Contudo, sua implantação, com base na diretriz da descentralização, representa um dos grandes desafios impostos aos municípios. A gestão da PNAS, cujo modelo é descentralizado e participativo, propõe uma ação articulada entre os entes federados e representa uma possibilidade de participação efetiva dos municípios na concepção e na gestão da Política.

Proporcionar subsídios para uma reflexão acerca da implantação da PNAS nos espaços locais é o objeto deste artigo, o qual é fruto de uma dissertação realizada junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul. O texto representa um recorte com alguns dos resultados obtidos na pesquisa realizada para a elaboração da dissertação. A pesquisa buscou compreender o processo de implantação da PNAS nos municípios da região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, através da análise dos princípios, das diretrizes, das estruturas e das formas de gestão, com vistas a contribuir para a qualificação dos processos na direção da garantia de direitos dos demandantes.

A investigação pautou-se nos pressupostos do método dialético crítico, apoiado na teoria marxista. Suas bases estão nas categorias que o fundamentam e que se formam num processo de desenvolvimento do conhecimento e na prática social; e nos princípios da historicidade, da totalidade e da contradição, os quais condicionam o método (GADOTTI, 1992; KONDER, 2005; TRIVIÑOS, 1987). A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa e a modalidade de pesquisa exploratória com desenho

de pesquisa da teoria fundamentada (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A coleta de dados ocorreu por meio da análise de documentos, relatórios e informações disponibilizados pelos municípios e pelo Gestor Federal. Por fim, realizou-se a análise dos dados coletados, por meio do procedimento de “análise de conteúdo” (BARDIN, 2011).

Essa análise acerca da Política de Assistência Social centrou-se em um espaço específico, considerando que a região constitui “o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento” (COUTO et al, 2014, p. 74). E entendendo que a divisão do Estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) constitui “[...] uma forma que possibilita captar a diferenciação socioeconômica, a diversidade cultural, o processo histórico e as articulações políticas em vistas do desenvolvimento” (ROTTA, 2007, p. 167), optou-se pelo estudo da região do COREDE Fronteira Noroeste.

Essa região foi historicamente marcada pelo modelo de organização social e econômica oriundo das reduções jesuíticas e, com sua desagregação, pelo processo de colonização (ROTTA, 1999; PESAVENTO, 2014). Os novos “colonos” trouxeram à região uma experiência diferente de agricultura familiar, de comércio e de indústria que incorporava uma concepção de trabalho trazida da Europa e, em parte, já adaptada à realidade brasileira (ROTTA, 2007). O COREDE situa-se no Noroeste rio-grandense, abrange uma área total de 4.689,0 Km², representando 1,7% do território do estado, tem uma população de 207.883 habitantes e é formado por vinte municípios próximos à fronteira com a Argentina, onde predominam aqueles de pequeno porte (BERTÊ et al, 2016; FEE, 2016).

A pesquisa concentrou seu foco na resposta dada por quatro municípios da região diante da necessidade de dar conta das demandas sociais de sua população e implantar a PNAS: Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina e Santo Cristo. A escolha dos municípios considerou, além da influência regional, o porte populacional (um município de médio porte, um de pequeno porte II e dois de pequeno porte I, respectivamente) e o nível de gestão do SUAS (básica no caso de Santo Cristo e plena nos demais), com vistas a possibilitar comparações. O porte populacional é estabelecido pela PNAS (BRASIL, 2004) da seguinte forma: municípios de pequeno porte I com população até 20.000 habitantes, pequeno porte II com população entre 20.001 a 50.000 habitantes e médio porte com população entre 50.001 a 100.000 habitantes. O nível de gestão por sua vez, é definido com base na Norma Operacional Básica do SUAS de 2005 como gestão inicial, básica e plena; com responsabilidades graduais, havendo incentivos e requisitos necessários à habilitação em cada nível. Na sequência apresenta-se uma breve retomada do percurso traçado pela política de assistência social no Brasil, algumas das principais constatações feitas a partir da pesquisa e as conclusões do estudo.

2 | A PNA SEM MOVIMENTO

A região do COREDE Fronteira Noroeste apresenta, na trajetória das políticas sociais, algumas peculiaridades em relação ao processo desenvolvido em nível estadual e nacional. Por se tratar de uma região afastada dos grandes centros, situada em um espaço de fronteira, a ação do Estado mostrou-se frágil e fragmentária até período muito recente. Neste vácuo de ação do Estado, as próprias comunidades locais buscaram meios de organizar a oferta dos principais serviços, inclusive os ligados à área social (ROTTA, 2007).

Em decorrência da modernização da agricultura e da agroindústria, ocorrida a partir das décadas de 1960 e 1970, a região passou por um processo de transformação que levou à substituição dos padrões comunitários e associativos pelos alicerçados em uma cultura racional moderna. Ocorre assim, uma transição nas formas de compreensão das políticas sociais que passam a ser vistas a partir da lógica dos direitos do cidadão. Os municípios passam a ter papel fundamental na criação de estruturas capazes de garantir a efetivação dos direitos. Essa criação de estruturas transformou-se em um desafio que os municípios passaram a enfrentar a partir da década de 1970 e, no caso da região estudada, onde predominam municípios de pequeno porte I e II, os desafios foram ainda maiores (ROTTA, 2007).

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 o trato da questão social, historicamente marcado pelo assistencialismo e pela repressão, passou a ser compreendido a partir da noção de direitos e deveres. Houve, assim, a constitucionalização de questões importantes no cenário das lutas sociais e dos direitos de cidadania, tradicionalmente relegados na história brasileira (SOUZA, 2005). Conforme Machado (2012, p. 41) “a questão social passa a ser abordada com políticas públicas, garantidoras de direitos afirmados em lei”. Estas políticas passam a assentar-se na afirmação de direitos sociais de cidadania, organizando de fato o Sistema de Proteção Social Brasileiro (CARDOSO JÚNIOR; JACCOUD, 2005).

A CF de 1988, ao incorporar a assistência social no tripé da seguridade social e ao trabalhar com a ideia da descentralização de recursos diretos aos municípios, contribuiu para a qualificação dos processos, das estruturas e dos serviços ofertados aos cidadãos. No caso da Assistência Social, o sistema descentralizado e participativo de financiamento, toma corpo de fato por meio da proposta de um Sistema Único, onde a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo.

Após a CF 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passa a trazer definições importantes. Cada ente federado assumiu a responsabilidade de estabelecer um plano de ação e submetê-lo à aprovação do respectivo conselho, o qual é instituído por lei específica, com composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil (COUTO, 2004).

[...] inegavelmente, a Loas não apenas introduz novo significado para a

assistência social, diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de seguridade voltada à extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados da população brasileira, mas também aponta a centralidade do estado na universalização e garantia dos direitos e de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania (YAZBEK, 1997 p. 9 apud COUTO, 2004, p. 175).

Diante de um cenário nacional com foco nas políticas sociais e em meio às manifestações da questão social realizou-se, no ano 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social. As deliberações levantadas na Conferência possibilitaram ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e ao Gestor Federal a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), regida por princípios democráticos e diretrizes que fundamentam sua organização com base no disposto na CF 1988 e na LOAS. Por meio desta Política buscou-se incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, expressas mediante as desigualdades sociais.

A PNAS/2004 estabeleceu que a prevenção e a intervenção junto às situações de vulnerabilidades e riscos sociais, ocorreriam por meio da proteção social. A estrutura dessa proteção é feita em dois níveis de atenção: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade. Conforme Couto et al (2014) esta “lógica de estruturação” da política torna-se necessária diante da sociedade capitalista que engendra diferentes “modalidades de desproteção social”.

Os serviços da PSB e da PSE são ofertados junto aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e aos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) ou em entidades socioassistenciais referenciadas a estas unidades. No nível da PSB estão os Serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas e no nível de PSE estão os Serviços de Média e Alta Complexidade. A média complexidade compreende os Serviços de: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Especializado em Abordagem Social, de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A Alta Complexidade compreende: o Acolhimento Institucional e em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O CRAS constitui uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta dos serviços de PSB nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua divisão em território, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, possibilitando o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social. O CREAS, também se configura como uma unidade pública estatal descentralizada, sendo responsável

pela organização e oferta de serviços de PSE de média complexidade. Também é responsável, juntamente com o órgão gestor, pela alta complexidade.

No ano seguinte à PNAS/2004, visando a qualificação do Sistema, surge a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/2005), a qual definiu e normatizou os conteúdos do pacto federativo, restabelecendo de forma unitária, hierarquizada e complementar as competências dos entes federados na gestão, no financiamento e na execução da Assistência Social (RAICHELIS, 2011). A NOB SUAS/2005 proporcionou um salto quantitativo com relação à implantação dos serviços e reforçou zelo pela garantia de oferta permanente dos serviços (BRASIL, 2005).

A crescente oferta de serviços colocou ao Sistema a necessidade de profissionalização da política. Assim, no ano de 2006, visando garantir serviços de qualidade, surgiu a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB RH SUAS/2006). Esta institui os princípios e diretrizes para a gestão do trabalho e aponta para a existência de um quadro pessoal qualificado academicamente, contratado por meio de concurso público e composto por profissões regulamentadas, na quantidade necessária a fim de suprir as demandas dos serviços (BRASIL, 2006).

A expansão dos serviços e a necessidade de constante aprimoramento da Política também impulsionou a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no ano de 2009, revista em 2014, e a revisão da NOB SUAS/2005 no ano de 2012. A Tipificação estabeleceu tipologias e padronizou os serviços ofertados, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público, propósitos e resultados. Além disso, estabeleceu as unidades de referência para cada Serviço, seu período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, provisões, aquisições, condições e formas de acesso. A NOB SUAS/2012, por sua vez, definiu os níveis de gestão conforme os estágios de organização e oferta dos serviços pactuados. Também apresentou os princípios organizativos do SUAS, reforçou as diretrizes estruturantes da gestão, os princípios éticos para a oferta das proteções e dispôs de forma clara assuntos relacionados à gestão, estabelecendo as responsabilidades de cada ente federado (BRASIL, 2013).

A CF de 1988, a LOAS, a PNAS, as Normativas e a Tipificação proporcionaram a normatização e a qualificação da Política e conforme Raichelis (2011, p. 46), ainda “que a letra da lei não seja garantia automática de concretização do seu conteúdo normativo, conta-se agora com condições objetivas para forçar o cumprimento das exigências legais”. Esse aparato, estabelecido principalmente nas duas primeiras décadas dos anos 2000, serviu como base para a pesquisa realizada junto aos municípios.

Na sequência busca-se apresentar os resultados da pesquisa através de três tópicos principais. O primeiro irá destacar as trajetórias de implantação da Política de Assistência Social. O segundo as formas de gestão assumidas pelos municípios com

base na infraestrutura administrativa dos órgãos gestores e no controle social. Por fim, o terceiro tópico apresenta a infraestrutura física e de recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento dos Serviços ofertados e necessários a efetivação da Política.

3 | TRAJETÓRIAS DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS

Na análise acerca das trajetórias de implantação da Política de Assistência Social nos municípios percebeu-se a pouca relevância dada aos aspectos relacionados à gestão. A regulamentação do órgão gestor é recente em Santa Rosa e em Três de Maio sequer ocorreu, a diretriz do comando único não é seguida em Horizontina e há ausência de informações em Santo Cristo.

Os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) e os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), cuja existência e atuação tornaram-se imprescindível para a execução da Política, foram criados de forma entrelaçada. Reflexo de um processo nacional enquanto condição para o recebimento de repasses conforme determina a LOAS.

A análise acerca da criação das estruturas de PSB e PSE demonstrou as possibilidades assumidas a partir da PNAS/2004, principalmente a partir da centralidade das ações no Estado e da descentralização. Houve a criação dos CRAS e CREAS nos municípios e as demais estruturas locais já existentes, fruto da mobilização da sociedade em décadas anteriores, foram referenciadas às unidades estatais. Houve ainda, a partir dos anos 2000, o surgimento de estruturas de PSE de alta complexidade governamentais.

A criação dos CRAS, iniciou no ano seguinte à publicação da Política Nacional. Essas estruturas foram estabelecidas primeiro nos municípios em gestão plena e por último naqueles de menor porte. Após a estruturação do CRAS, ocorreu a estruturação dos CREAS. Percebeu-se que os municípios de médio e pequeno porte II foram os primeiros que tiveram condições de criar suas estruturas devido aos parâmetros estabelecidos pelo gestor federal. Após a efetivação de uma estratégia de regionalização, que visava garantir a universalização dos serviços de PSE, os municípios de pequeno porte I dispuseram de meios para criação de seus CREAS, sendo que somente o município em gestão plena a efetivou.

O estudo apontou que as demais estruturas de PSB e PSE de média e alta complexidade, as quais são atualmente referenciadas aos CRAS e aos CREAS, foram criadas, em sua maioria, entre as décadas de 1950 e 1980. Esta realidade demonstrou o movimento da sociedade regional em criar estruturas capazes de atender suas demandas sociais em um momento em que o Estado ainda não o fazia. Os municípios de maior porte apresentaram maiores condições para criar essas estruturas, as quais passaram os anos, foram mantidas pela sociedade e atualmente buscam, adequar-se

à Política de Assistência Social, visando tanto a manutenção da estrutura quanto dos atendimentos aos usuários.

4 | FORMAS DE GESTÃO: INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CONTROLE SOCIAL

A pesquisa acerca das formas de gestão da Política de Assistência Social nos municípios, a qual teve como referência a infraestrutura administrativa e as formas de controle social, apresentou algumas fragilidades vivenciadas pela Política nos municípios. Na análise da infraestrutura administrativa dos órgãos gestores, percebeu-se que nenhum município dispõe efetivamente de Lei própria regulamentando o SUAS e os benefícios eventuais não estão regulamentados no município de gestão básica, estando assim em desacordo com as disposições da NOB SUAS/2012 e metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS/2014-2017.

Além da fragilidade legal da Política, o estudo apontou também para a fragilização das estruturas dos órgãos gestores, visto que, poucas áreas essenciais do SUAS estão formalmente constituídas. A PNAS/2004 estruturou a proteção social em dois níveis: a PSB e a PSE. Porém, mesmo havendo a oferta da PSB em todos os municípios, essa não aparece constituída na estrutura formal enquanto subdivisão administrativa nos órgãos gestores de todos os municípios. O mesmo ocorre com a PSE enquanto subdivisão administrativa. As demais áreas essenciais do SUAS, que são: a gestão do SUAS, a gestão do trabalho, a gestão financeira e orçamentária e a vigilância socioassistencial apresentam-se, em sua maioria, constituídas de maneira informal nos municípios.

Apesar da origem dessas fragilidades ser diversa, entende-se que o monitoramento e a avaliação das condições deficitárias apresentam-se como imprescindíveis para o aprimoramento da Política. De responsabilidade estadual, percebe-se que o monitoramento, a avaliação e ainda o assessoramento ocorrem de forma insuficiente. O apoio financeiro, outro compromisso assumido pelo Estado, também se mostrou precário. Percebe-se que o financiamento estadual é variável de acordo com o porte populacional chegando a ser nulo no município com menor número de habitantes. Tanto o apoio técnico quanto o financeiro ocorrem com maior efetividade junto ao município de maior porte. Os municípios com menores estruturas (física e de pessoal), e que necessitam de uma melhor estruturação da gestão da política são os que recebem menor atenção estadual.

A análise acerca dos CMAS demonstrou que tanto o porte populacional, quanto o nível de gestão do município influenciam nas atividades desse órgão de controle social. Nos municípios em gestão plena, em especial o de médio porte, a fiscalização é mais atuante, seguido pelo de pequeno porte II. Percebeu-se que quanto maior a quantidade de Serviços ofertados, maiores são as demandas e assim o município de

médio porte apresenta uma melhor estrutura física e de pessoal, um maior período de atendimento e um melhor desempenho em suas ações. Assim, o estudo apontou que os municípios que se encontram em gestão plena possuem um controle social com melhor atuação, a qual é reforçada quanto maior for o porte do município.

5 | A PNAS NOS MUNICÍPIOS: SUA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE RECURSOS HUMANOS

O estudo identificou, com base nas infraestruturas físicas e de pessoal necessárias à viabilização dos Serviços ofertados nos CRAS e nos CREAS, um melhor desempenho dos municípios que se encontram no nível de gestão plena e melhores possibilidades quanto maior o porte populacional.

Verificou-se que a infraestrutura dos CRAS nos municípios ainda carece de melhorias a fim de efetivar a PSB em conformidade com os princípios da política e suas normativas. Percebeu-se que o município em nível de gestão básica é o que possui a estrutura mais deficitária, principalmente devido ao compartilhamento do espaço com a gestão. As estruturas físicas dos CREAS, apesar de alugadas, o que fragiliza a referência da unidade em relação aos seus demandantes, encontram-se em espaços não compartilhados e sua qualidade não estabelece relação com o porte populacional dos municípios. Dentre diversas causas possíveis para essa fragilidade, aponta-se a visão da assistência social enquanto política não prioritária e a ausência de espaços públicos suficientes para alocação dos serviços surgidos nas últimas décadas, principalmente nos pequenos municípios.

Tendo como base NOB SUAS RH/2006 e posteriores resoluções do CNAS, o estudo acerca dos recursos humanos, identificou pouca preocupação com a coordenação e o planejamento das ações, tanto nos CRAS como nos CREAS. Nos CRAS constatou-se que o município em gestão básica sequer possui coordenador junto a unidade e os demais municípios não possuem profissional em conformidade com os requisitos exigidos para a função. Já nos CREAS, identificou-se que o coordenador acumula funções nos equipamentos de todos os municípios.

Em relação aos técnicos de nível superior que compõem as equipes de referência dos CRAS e aos técnicos de nível médio, o estudo indicou uma maior fragilidade no município em gestão básica. Os municípios em gestão plena, apesar de carecer de adequações, apresentam a equipe mínima e ainda buscam atuar com profissionais de nível superior junto aos serviços socioassistenciais. Os profissionais de nível fundamental, os quais não fazem parte das equipes obrigatórias, mas desenvolvem funções de apoio imprescindíveis aos equipamentos e aos serviços, programas e projetos por ele ofertados, estão presentes em apenas duas unidades de PSB de municípios em gestão plena.

A pesquisa constatou enquanto limitação, a carência de incentivo à formação

permanente dos profissionais, fato que pode ser reflexo de órgãos gestores que não implementaram em suas estruturas a gestão do trabalho e a educação permanente dos profissionais. Por outro lado, constatou a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS, por meio do grande número de profissionais efetivos. Para Silveira (2011, p. 13) “a desprecarização dos vínculos e demais condições de trabalho, constitui estratégia central na efetivação do SUAS, contribuindo diretamente na qualificação dos serviços”.

Percebe-se que a partir da criação das estruturas de CRAS e CREAS, fomentadas pela descentralização proposta pela PNAS/2004, os municípios passaram a investir nos trabalhadores, aumentando a quantidade de profissionais e desprecarizando seus vínculos. Os municípios de pequeno porte são os que apresentam maiores dificuldades em compor suas equipes, principalmente quando se encontram em gestão básica.

6 | CONCLUSÕES

A pesquisa realizada junto ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, oportunizou o estudo de uma política pública que tem encontrado pouco espaço de análise nas academias, especialmente no que se refere ao seu processo de implantação nos municípios brasileiros. Também colaborou com a literatura da área das políticas públicas e proporcionou a ampliação de conhecimentos a todos os segmentos envolvidos, sejam trabalhadores, gestores ou população demandante.

A análise acerca da criação das estruturas de PSB e PSE demonstrou as possibilidades assumidas a partir da PNAS/2004 e de suas Normativas. A diretriz da descentralização, a primazia e a centralidade das ações no Estado, efetivam-se diante da criação e estruturação dos CRAS e CREAS nos municípios, diante do referenciamento de todas as unidades que ofertam serviços socioassistenciais à estas unidades estatais e diante do surgimento de estruturas de PSE de alta complexidade governamentais, a partir dos anos 2000.

As normativas da Política de Assistência Social expandiram o número de profissionais do SUAS, estabeleceram as categorias que o compõe e a quantidade mínima de trabalhadores junto as estruturas. Essa possibilidade, imposta aos municípios enquanto norma, proporcionou a qualificação do Sistema. Percebe-se que a maioria dos municípios possui suas equipes técnicas concursadas, primando pelos princípios da Política.

A pesquisa apontou limitações vivenciadas pelos municípios de pequeno porte I e II e fragilidades presentes principalmente no município de gestão básica. Limitações que, seja no âmbito da gestão, seja nas estruturas físicas e de pessoal, poderão ser sanadas na medida em que a política de assistência social se torne uma política prioritária na administração pública, dispondo de recursos, planejamento,

monitoramento e avaliação nas diferentes esferas de governo.

A forma como o SUAS se apresenta e é concebido nos municípios da região evidencia a carência de um lugar efetivo na administração pública municipal capaz de planejar e gerenciar a política. Lugar à ser ocupado por órgãos gestores que contemplem as áreas essenciais do SUAS, que tenham a disponibilidade de profissionais de nível superior do SUAS e possuam sua Lei Municipal do SUAS instituída, enquanto amparo legal para a efetivação da política.

Mas o estudo também apresentou possibilidades de efetivação da política, por meio da criação de estruturas, da melhoria dos espaços físicos e da desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS. Percebe-se assim, que o desafio de implantação da PNAS vem sendo enfrentado de forma muito diversa na região em estudo. A pesquisa apontou que os municípios investigados apresentam avanços significativos em relação ao que possuíam antes da LOAS, da PNAS e do SUAS.

Os desafios ainda são enormes e a maioria deles se referem ao cumprimento do que as normativas estabelecem e a garantia do pleno atendimento aos sujeitos demandantes. O SUAS configura-se enquanto um processo coletivo que vem concretizando-se com ritmos, estratégias, concepções e alcances heterogêneos de acordo com a realidade local-regional, e segundo Couto et al (2014, p. 116) sua implementação “constitui um processo dinâmico que se instala nos municípios e estados brasileiros [...]”.

O processo de pesquisa apesar mostrar-se como uma tarefa inconclusa, exigindo novos estudos sobre temas correlatos, também mostra-se como necessário para a qualificação das políticas públicas. Principalmente ao referir-se à um objeto de tamanha complexidade e em contínuo desenvolvimento como a implantação da PNAS. O momento atual mostra-se oportuno à discussão, avaliação e consolidação dessa Política, pois trabalhadores e gestores encontram-se diante de cenário nacional, estadual e muitas vezes municipal cercado de possibilidades de retrocessos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline et al. Perfil Socioeconômico - COREDE Fronteira Noroeste. **Revista Boletim geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, nº 26, p. 258-295, fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consituicao>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília: DOU, 2011.

_____. Presidência da República. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: DOU, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005. **Norma Operacional Básica da Assistência Social, NOB/SUAS**. Brasília: DOU, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. **Norma Operacional Básica da Assistência Social, NOB/SUAS**. Brasília: DOU, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS/RH**. Brasília: MDS, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: DOU, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014b.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-261.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

_____, et al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4.ed., São Paulo: Cortez, 2014.

FEE, Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS. **Perfil Socioeconômico RS – COREDES**. Porto Alegre: FEE, 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>. Acesso em: 09 maio 2016.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da Política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL, Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília: MDS, 2011. p. 39-65.

ROTTA, Edemar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. 2007.290 fl. Tese (Doutorado em Serviço Social) FSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

_____. **A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Mariadel Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Tradução Daisy Vaz de Moraes. 5º ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós 1988. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270